



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

	APENSADOS
S	
GEM:	

Em: \_\_/\_\_/\_\_\_

Presidente:

			=			
AUTOR;		N° DE	ORIGEM:			
(DO SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO	O):					
Acrescenta parágrafo ao artigo 549, Código de Processo Civil.	da Lei nº 5.	869, (	de 11 de jane	iro de 1	973 -	
DESPACHO:		5				
31/03/2000 - (À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JU	JSTIÇA E DE REDA	ÇÃO - A	RT. 24, II)			
À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E	JUSTIÇA E D	E REC	DAÇÃO, EM ₫	3 1410C	)	
REGIME DE TRAMITAÇÃO			PRAZO DE EM	ENDAS		
ORDINÁRIA	COMISSÃO	0	INÍCIO		TÉR	MINO
COMISSÃO DATA/ENTRADA						1
ECSR 15/04/2000						1
		_	1 1			- (
			- 1			7
	7.	_	1 1		1	1
1 /					/_/_	7
				1		
	JIÇÃO / REDIST			/	4.	/E.
A(o) Sr(a). Deputado(a): Osumo S	ermali	3	Presiden	te:		1
Comissão de: Constituição e Justina	e de 17-1 , ≥1	020	S DUCK - DEV	Em:	08/05	5100
A(o) Sr(a). Deputado(a):			Party Town	te:		
Comissão de:				Em:	. I	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):				te:		
Comissão de:					1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):				te:		
Comissão de:						
				te:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):					1	
Comissão de:						
A(o) Sr(a). Deputado(a):				te:		
Comissão de:					!	
A(o) Sr(a). Deputado(a):			Presiden	te:		

DCM 3 17 07 003-7 (NOV. / 99)

Comissão de:

Comissão de: \_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a):

#### CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROJETO DE LEI Nº 2.579, DE 2000 (DO SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO)

Acrescenta parágrafo ao artigo 549, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - ART. 24, II)

#### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - O artigo 549 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar acrescido de um parágrafo 2º, ficando renumerado o parágrafo único como parágrafo 1º:

"Art. 1°	·

Art. 2º - Havendo pedido de liminar, os autos subirão imediatamente ao relator".

Art. 3 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### JUSTIFICATIVA

A presente proposta objetiva uniformizar a disciplina da apreciação das liminares em segunda instância, que muitos regimentos internos, preferindo o princípio do juiz natural, atribuem ao Vice-Presidente, ou a um dos vice-presidentes do tribunal.

Sala das Sessões, em 15 de Marco de 2000.

Deputado JOSÉ ROBERTO BATOCHIO

Lote: 80 Caixa: 112 PL Nº 2579/2000 2

144

PLENARIO - RECEBIDO Em 15/03/00 às/6:248 Nome Personalis Ponte\_

#### LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDIN



# LEI N° 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973.

INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

LIVRO I
Do Processo de Conhecimento
TÍTULO X
Dos Recursos
CAPÍTULO VII
Da ordem dos Processos no Tribunal
* Capítulo VII com denominação dada pela Lei nº 8.950, de 13/12/1994.
Art. 549. Distribuídos, os autos subirão, no prazo de 48 (quarenta e oito) noras, à conclusão do relator, que, depois de estudá-los, os restituirá à secretaria com o seu "visto".
Parágrafo único. O relator fará nos autos uma exposição dos pontos controvertidos sobre que versar o recurso.
Art. 550. Os recursos interpostos nas causas de procedimento sumário deverão ser julgados no tribunal, dentro de 40 (quarenta) dias.
***************************************



#### TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

#### PROJETO DE LEI Nº 2.579/00

Nos termos do art. 119, caput e inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões, prazo para recebimento de emendas a partir de 19/05/00, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 19 de maio de 2000

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA Secretário

#### PROJETO DE LEI Nº 2.579, DE 2000

Acrescenta parágrafo ao artigo 549, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 -Código de Processo Civil.

Autor: Deputado JOSÉ ROBERTO BATOCHIO Relator: Deputado OSMAR SERRAGLIO

#### I - RELATÓRIO

Vem a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação a proposição em epígrafe de autoria do ilustre Deputado José Roberto Batochio, tendo por objetivo acrescentar parágrafo ao art. 549 do Código de Processo Civil para estabelecer a imediata remessa dos autos, no Tribunal, ao Relator, quando houver pedido de liminar a ser apreciado.

Justifica o autor, alegando que com a proposição espera seja uniformizada a disciplina da apreciação das liminares nos Tribunais, uma vez que, dependendo do regimento interno de cada qual, são encaminhadas ao Vice-Presidente ou um dos Vice-Presidentes.

A proposta tramita conclusivamente, razão pela qual, nos termos do art. 119 do Regimento Interno, foi aberto o prazo, nessa oportunidade, para a apresentação de emendas sem que nenhuma tivesse sido oferecida.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 32, III, "a" e "e" do mesmo estatuto, a análise da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.





#### II - VOTO DO RELATOR

Nada temos a opor no que concerne à constitucionalidade da matéria, porquanto é competente a União para tratar de direito processual (art. 22, I, c/c art. 48), sendo a iniciativa deferida a parlamentar (art. 61).

Nada a opor, de igual modo, no que diz respeito à juridicidade, uma vez que a matéria não afronta princípios consagrados no ordenamento jurídico.

Sobre o mérito, consideramos que a mesma deve prosperar, porque a sua aprovação, de fato, contribuirá para uniformizar a ordem dos processos nos Tribunais, concentrando, nas mãos do Relator, o conhecimento integral do recurso: tanto as liminares quanto o pedido que motivou a sua interposição.

A única observação que temos a expressar, e o fazemos com o intuito de aperfeiçoar a matéria, diz respeito à técnica legislativa: o projeto enuncia que vai introduzir um novo parágrafo ao art. 549, transformando o atual parágrafo único em primeiro. No entanto, dispõe como se estivesse acrescentando dois artigos ao art. 549.

Ademais, cremos que a proposta contida na presente proposição pode bem ser inserida no caput, que, aliás, já menciona a subida dos autos ao Relator em quarenta e oito horas, na redação atual, sem a necessidade, portanto, de elaborar-se um novo parágrafo.

Nesse sentido, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Sala da Comissão, em ♥У de 

de 2000.

Deputado OSMAR SERRAGLIO

Relato

00618804-126



#### PROJETO DE LEI Nº 2.579, DE 2000

Dá nova redação ao caput do art. 549 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

#### SUBSTITUTIVO

Art. 1º O caput do art. 549 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil - passa a ter a seguinte redação:

"Art. 549. Distribuidos, os autos subirão, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, à conclusão do relator, que depois de estudá-los, os restituirá à secretaria com o seu visto. Havendo pedido de liminar, o relator, antes da devolução à Secretaria, deverá sobre ela se pronunciar. (NR)

Parágrafo único. ....."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado OSMAR SERRAGLIO

Relator

00618804-126



#### PROJETO DE LEI Nº 2.579, DE 2000

Acrescenta parágrafo ao artigo 549, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 -Código de Processo Civil.

Autor: Deputado JOSÉ ROBERTO BATOCHIO Relator: Deputado OSMAR SERRAGLIO

#### PARECER REFORMULADO

Na qualidade de relator designado e acatando as sugestões que me foram encaminhadas durante a discussão da matéria no dia 30 de outubro do corrente ano, apresento uma reformulação do substitutivo nos termos adiante formalizados, não só para tornar expressa a imediata remessa ao Relator, quando houver pedido de liminar, mas também para prever a hipótese em que o mesmo esteja, eventualmente, ausente, quando, então, prevalecerá a competência regimental.

Nesse sentido, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo reformulado.

Sala da Comissão, em 28 de março de 2001.

Deputado OSMAR SERRAGLIO

Relato



# SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.579, DE 2000

Acrescenta o § 2º ao art. 549 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil -, transformando o atual parágrafo único em § 1º.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se o § 2º ao art. 549 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil -, transformando o atual parágrafo único em § 1º:

"Art.549".	

§ 2º Havendo pedido de liminar os autos subirão imediatamente ao relator ou, na sua ausência, àquele a quem for deferida a competência por disposição regimental, que deverá sobre o mesmo se pronunciar antes da devolução dos autos à secretaria."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 28 de março de 2001

Deputado OSMAR SERRAGLIO

Relator

#### PROJETO DE LEI Nº 2.579, DE 2000

# III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo, do Projeto de Lei nº 2.579/00, nos termos do parecer reformulado do Relator, Deputado Osmar Serraglio.

#### Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Inaldo Leitão — Presidente, Zenaldo Coutinho e Osmar Serraglio — Vice-Presidentes, André Benassi, Custódio Mattos, Fernando Gonçalves, Murilo Domingos, Nelson Marchezan, Nelson Otoch, Nelson Trad, Ricardo Ferraço, Ronaldo Cezar Coelho, Vicente Arruda, Zulaiê Cobra, Aldir Cabral, Antônio Carlos Konder Reis, Jaime Martins, Paes Landim, Paulo Magalhães, Reginaldo Germano, Vilmar Rocha, Coriolano Sales, Geovan Freitas, Mendes Ribeiro Filho, Renato Vianna, Geraldo Magela, José Dirceu, José Genoíno, Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcos Rolim, Augusto Farias, Eurico Miranda, Gerson Peres, Alexandre Cardoso, José Antônio Almeida, Sérgio Miranda, Alceu Collares, Fernando Coruja, José Roberto Batochio, Bispo Rodrigues, Luciano Bivar, Jairo Carneiro, Mauro Benevides, Nelo Rodolfo, Osvaldo Reis e Ary Kara.

Sala da Comissão, em 03 de abril de 2001

Deputado INALDO LEITÃO Presidente

#### PROJETO DE LEI Nº 2.579, DE 2000

#### SUBSTITUTIVO ADOTADO - CCJR

Acrescenta o § 2º ao art. 549 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil – transformando o atual parágrafo único em § 1º.

#### O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Acrescente-se o § 2° ao art. 549 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil – transformando o atual parágrafo único em § 1°:

"Art. 549 .....

- § 2º Havendo pedido de liminar os autos subirão imediatamente ao relator ou, na sua ausência, àquele a quem for deferida a competência por disposição regimental, que deverá sobre o mesmo se pronunciar antes da devolução dos autos à secretaria."
- Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 03 de abril de 2001

Deputado INALDO LEITÃO Presidente

#### \*PROJETO DE LEI Nº 2.579-A, DE 2000

(DO SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO)

Acrescenta parágrafo ao artigo 549, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo (relator: Dep. OSMAR SERRAGLIO).

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - ART. 24, II)

\*Projeto inicial publicado no DCD de 01/04/00

# PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

# SUMÁRIO

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- 1º substitutivo oferecido pelo relator
- parecer reformulado
- 2º substitutivo oferecido pelo relator
- parecer da Comissão
- substitutivo adotado pela Comissão

#### CÂMARA DOS DEPUTADOS

#### PROJETO DE LEI Nº 2.579-A, DE 2000

(DO SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO)

Acrescenta parágrafo ao artigo 549, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo (relator: Dep. OSMAR SERRAGLIO).

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - ART. 24, II)

#### SUMÁRIO

- I Projeto Inicial
- II Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:
  - termo de recebimento de emendas
  - parecer do relator
  - 1º substitutivo oferecido pelo relator
  - parecer reformulado
  - 2º substitutivo oferecido pelo relator
  - parecer da Comissão
  - substitutivo adotado pela Comissão

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Oficio nº 239/01 – CCJR Publique-se. Em 18/04/01

AÉCIO NEVES Presidente

Documento : 1060 - 1



OF. Nº 239-P/2001 - CCJR

Brasília, em 06 de abril de 2001

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, em 03 de abril do corrente, do Projeto de Lei nº 2.579/00.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Cordialmente,

Deputado INALDO LEITÃO Presidente

A Sua Excelência o Senhor Deputado AÉCIO NEVES DD. Presidente da Câmara dos Deputados N E S T A

Organ CCV nr 1301/01
Data 18/9/01 Hata 18 5
Ass: Seculo: 2566



#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI N° 2.579-B, DE 2000

Acrescenta parágrafo ao art. 549 da Lei n° 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

#### O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° O art. 549 da Lei n° 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, fica acrescido do seguinte § 2°, passando o atual parágrafo único a vigorar como § 1°:

> "Art.549. ...... \$ 1° ........

§ 2° Havendo pedido de liminar, os autos subirão imediatamente ao relator ou, ausência, àquele a quem for deferida a competência por disposição regimental, que deverá sobre o mesmo pronunciar antes da devolução dos autos à secretaria."(NR)

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 15-05-2001

Deputado INALDO LEITÃO

Presidente

Deputado FERNANDO CORUJA

Relator



#### PROJETO DE LEI Nº 2.579-B, DE 2000

# REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou a Redação Final oferecida pelo Relator, Deputado Fernando Coruja, ao Projeto de Lei 2.579-A/00. O Deputado José Genoíno absteve-se de votar.

#### Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Inaldo Leitão — Presidente, Zenaldo Coutinho e Osmar Serraglio — Vice-Presidentes, André Benassi, Fernando Gonçalves, Murilo Domingos, Nelson Marchezan, Nelson Otoch, Nelson Trad, Ricardo Ferraço, Ronaldo Cezar Coelho, Vicente Arruda, Zulaiê Cobra, Aldir Cabral, Antônio Carlos Konder Reis, Jaime Martins, Paes Landim, Paulo Magalhães, Reginaldo Germano, Coriolano Sales, Geovan Freitas, Júlio Redecker, Mendes Ribeiro Filho, Renato Vianna, Roland Lavigne, José Genoíno, Luiz Eduardo Greenhalgh, Augusto Farias, Eurico Miranda, Alexandre Cardoso, José Antônio Almeida, Alceu Collares, Fernando Coruja, José Roberto Batochio, Bispo Rodrigues, Léo Alcântara, Cláudio Cajado, Ricardo Fiúza, Mauro Benevides, Nelo Rodolfo, Orlando Fantazzini, Professor Luizinho, Waldir Pires, Ary Kara, Cleonâncio Fonseca, Dr. Benedito Dias e José Aleksandro.

Sala da Comissão, em 15 de maio de 2001

Deputado INALDO LEITÃO Presidente Brasilia, 29 de maio de 2001

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, o incluso Projeto de Lei nº 2.579, de 2000, da Câmara dos Deputados, que "Acrescenta parágrafo ao art. 549 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil", de acordo com o caput do art. 65 da Constituição Federal.

Atenciosamente,

Deputado SEVENTINO CAVALCANTI

Primeiro-Secretário

A Sua Excelência o Senhor Senador CARLOS WILSON Primeiro-Secretário do Senado Federal N E S T A Acrescenta parágrafo ao art. 549 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

#### O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° 0 art. 549 da Lei n° 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, fica acrescido do seguinte § 2°, passando o atual parágrafo único a vigorar como § 1°:

§ 2º Havendo pedido de liminar, os autos subirão imediatamente ao relator ou, na sua ausência, àquele a quem for deferida a competência por disposição regimental, que deverá sobre o mesmo se pronunciar antes da devolução dos autos à secretaria." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 29 de moio de 2001

fecilly

CAMARA DOS DEPUTADOS	PROJETO DE LEI № 2.579	de 16 2000	9 AUTOR
MENTA 1973 - Código de Proc	Acrescenta parágrafo ao artigo 549, da Lei nº 5.8 esso Civil.	69, de 11 de janeiro de	JOSÉ ROBERTO BATOCHIO (PDT-SP)
NDAMENTO	·		Sancionado ou promulgado
15.03.00	<u>PLENARIO</u> Apresentação e leitura do Projeto.		Publicado no Diário Oficial de
31.03.00	MESA Despacho: A Comissão de Constituição e Justica e  DCD 01104100, pág.13399, col. 02.	de Redação - Art. 24,II.	Vetado
18.04.00	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES  Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça	e de Redação.	Razões do veto-publicadas no
08.05.00	Distribuido ao relator, Dep. OSMAR SERRAGLIO.		
15.05.00	COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO Prazo para apresentação de emendas: 05 sessões.		
20.05.00	COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO Não foram apresentadas emendas.		
09.11.00	COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO Parecer do relator, Dep. OSMAR SERRAGLIO, pela codicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela tivo.		
03.04.01	COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO  Aprovado unanimemente o parecer ora reformulado,  SERRAGLIO, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.		
		VIDE VERSO	

MESA (ARTIGO 24, INCISO 11 DO RI)

03.04.01 É lido e vai a imprimir, tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

(PL 2.579-A/00).

MESA

24.04.01 Prazo para apresentação de recurso artigo 132, § 2º do RI (05 sessões) de: 24.04 a 02.05.01.

MESA

10.05.01 Of SGM-P 562/01, à CCJR, encaminhando este projeto para elaboração da redação final, nos termos do artigo 58, parágrafo quarto e artigo 24, II do RI.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

Aprovação unanime da redação final, oferecida pelo relator, Dep Fernando Coruja. O Dep José Genoino absteve-se de votar.

(PL. 2579-B/00)



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

# PROJETO DE LEI № 2.579-A, DE 2000

(Do Sr. José Roberto Batochio)

Acrescenta parágrafo ao artigo 549, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo (relator: Dep. OSMAR SERRAGLIO).

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - ART. 24, II)

# SUMÁRIO

- I Projeto Inicial
- II Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:
  - termo de recebimento de emendas
  - parecer do relator
  - 1º substitutivo oferecido pelo relator
  - parecer reformulado
  - 2º substitutivo oferecido pelo relator
  - parecer da Comissão
  - substitutivo adotado pela Comissão

#### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - O artigo 549 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar acrescido de um parágrafo 2º, ficando renumerado o parágrafo único como parágrafo 1º:

"Art. 1° -	

Art. 2º - Havendo pedido de liminar, os autos subirão imediatamente ao relator".

Art. 3 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### JUSTIFICATIVA

A presente proposta objetiva uniformizar a disciplina da apreciação das liminares em segunda instância, que muitos regimentos internos, preferindo o princípio do juiz natural, atribuem ao Vice-Presidente, ou a um dos vice-presidentes do tribunal.

Sala das Sessões, em 15 de Marti de 2000.

Deputado JOSÉ ROBERTO BATOCHIO

#### LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDIN

# LEI N° 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973.

INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

LIVRO I Do Processo de Conhecimento
TÍTULO X Dos Recursos
CAPÍTULO VII Da ordem dos Processos no Tribunal * Capítulo VII com denominação dada pela Lei nº 8.950, de 13'12'1994.
Art. 549. Distribuídos, os autos subirão, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, à conclusão do relator, que, depois de estudá-los, os restituirá à secretaria com o seu "visto".  Parágrafo único. O relator fará nos autos uma exposição dos pontos controvertidos sobre que versar o recurso.
Art. 550. Os recursos interpostos nas causas de procedimento sumário deverão ser julgados no tribunal, dentro de 40 (quarenta) dias.

#### TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

#### PROJETO DE LEI Nº 2.579/00

Nos termos do art. 119, caput e inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1°, I, da Resolução nº 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões, prazo para recebimento de emendas a partir de 19/05/00, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 19 de maio de 2000

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA Secretário

#### I - RELATÓRIO

Vem a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação a proposição em epígrafe de autoria do ilustre Deputado José Roberto Batochio, tendo por objetivo acrescentar parágrafo ao art. 549 do Código de Processo Civil para estabelecer a imediata remessa dos autos, no Tribunal, ao Relator, quando houver pedido de liminar a ser apreciado.

Justifica o autor, alegando que com a proposição espera seja uniformizada a disciplina da apreciação das liminares nos Tribunais, uma vez que, dependendo do regimento interno de cada qual, são encaminhadas ao Vice-Presidente ou um dos Vice-Presidentes.

A proposta tramita conclusivamente, razão pela qual, nos termos do art. 119 do Regimento Interno, foi aberto o prazo, nessa oportunidade, para a apresentação de emendas sem que nenhuma tivesse sido oferecida.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 32, III, "a" e "e" do mesmo estatuto, a análise da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

#### II - VOTO DO RELATOR

Nada temos a opór no que concerne à constitucionalidade da matéria, porquanto é competente a União para tratar de direito processual (art. 22, I, c/c art. 48), sendo a iniciativa deferida a parlamentar (art. 61).

Nada a opor, de igual modo, no que diz respeito à juridicidade, uma vez que a matéria não afronta princípios consagrados no ordenamento jurídico.

Sobre o mérito, consideramos que a mesma deve prosperar, porque a sua aprovação, de fato, contribuirá para uniformizar a ordem dos processos nos Tribunais, concentrando, nas mãos do Relator, o conhecimento integral do recurso: tanto as liminares quanto o pedido que motivou a sua interposição.

A única observação que temos a expressar, e o fazemos com o intuito de aperfeiçoar a matéria, diz respeito à técnica legislativa: o projeto enuncia que vai introduzir um novo parágrafo ao art. 549, transformando o atual parágrafo único em primeiro. No entanto, dispõe como se estivesse acrescentando dois artigos ao art. 549.

Ademais, cremos que a proposta contida na presente proposição pode bem ser inserida no caput, que, aliás, já menciona a subida dos autos ao Relator em quarenta e oito horas, na redação atual, sem a necessidade, portanto, de elaborar-se um novo parágrafo.

Nesse sentido, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Sala da Comissão, em

de

de 2000.

Deputado OSMAR SERRAGLIO Relator

#### PROJETO DE LEI Nº 2.579, DE 2000

Dá nova redação ao caput do art. 549 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

#### SUBSTITUTIVO

Art. 1º O caput do art. 549 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil - passa a ter a seguinte redação:

"Art. 549. Distribuídos, os autos subirão, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, à conclusão do relator, que depois de estudá-los, os restituirá à secretaria com o seu visto. Havendo pedido de liminar, o relator, antes da devolução à Secretaria, deverá sobre ela se pronunciar. (NR)

Paragrafo	innico	The state of the s	ļ
raiaulaiu	unico.		

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado OSMAR SERRAGLIO

Relator

#### PARECER REFORMULADO

Na qualidade de relator designado e acatando as sugestões que me foram encaminhadas durante a discussão da matéria no dia 30 de outubro do corrente ano, apresento uma reformulação do substitutivo nos termos adiante formalizados, não só para tomar expressa a imediata remessa ao Relator, quando houver pedido de liminar, mas também para prever a hipótese em que o mesmo esteja, eventualmente, ausente, quando, então, prevalecerá a competência regimental.

Nesse sentido, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo reformulado.

Sala da Comissão, em 28 de março de 2001.

Relator Relator

# SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.579, DE 2000

Acrescenta o § 2º ao art. 549 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil -, transformando o atual parágrafo único em § 1º.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Acrescente-se o § 2° ao art. 549 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil -, transformando o atual parágrafo único em § 1°:

"Art.549 . .....

§ 2º Havendo pedido de liminar os autos subirão imediatamente ao relator ou, na sua ausência, àquele a quem for deferida a competência por disposição regimental, que deverá sobre o mesmo se pronunciar antes da devolução dos autos à secretaria."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 28 de março de 2001

Deputado OSMAR SERRAGLIO Relator

# III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo, do Projeto de Lei nº 2.579/00, nos termos do parecer reformulado do Relator, Deputado Osmar Serraglio.

# Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Inaldo Leitão - Presidente, Zenaldo Coutinho e Osmar Serraglio - Vice-Presidentes, André Benassi, Custódio Mattos, Fernando Gonçalves, Murilo Domingos, Nelson Marchezan, Nelson Otoch, Nelson Trad, Ricardo Ferraço, Ronaldo Cezar Coelho, Vicente Arruda, Zulaiê Cobra, Aldir Cabral, Antônio Carlos Konder Reis, Jaime Martins, Paes Landim, Paulo Magalhães, Reginaldo Germano, Vilmar Rocha, Coriolano Sales, Geovan Freitas, Mendes Ribeiro Filho, Renato Vianna, Geraldo Magela, José Dirceu, José Genoíno, Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcos Rolim, Augusto Farias, Eurico Miranda, Gerson Peres, Alexandre Cardoso, José Antônio Almeida, Sérgio Miranda, Alceu Collares, Fernando Coruja, José Roberto Batochio, Bispo Rodrigues, Luciano Bivar, Jairo Carneiro, Mauro Benevides, Nelo Rodolfo, Osvaldo Reis e Ary Kara.

Sala da Comissão, em 03 de abril de 2001

Deputado INALDO LEITÃO Presidente

# Lote: 80 2579/2000 PL Nº 2579/2000

# SUBSTITUTIVO ADOTADO - CCJR

Acrescenta o § 2° ao art. 549 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil – transformando o atual parágrafo único em § 1°.

### O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Acrescente-se o § 2° ao art: 549 da Lei n° 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil – transformando o atual parágrafo único em § 1°:

"Art. 549 .....

- § 2º Havendo pedido de liminar os autos subirão imediatamente ao relator ou, na sua ausência, àquele a quem for deferida a competência por disposição regimental, que deverá sobre o mesmo se pronunciar antes da devolução dos autos à secretaria."
- Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 03 de abril de 2001

Deputado INALDO LEITÃO

Presidente



PRESIDÊNCIA/SGM Ofício nº 237/07 Senado Federal Comunica o arquivamento do PL n 2.579/00. Em: 23/03/07

Publique-se. Arquive-se

ARLINDO CHINAGLIA Presidente

Officio nº 237 (SF)

Brasília, em O de fevereiro de 2007.

A Sua Excelência o Senhor Deputado Osmar Serraglio Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Comunicação de arquivamento de Projeto de Lei.

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que o Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2001 (PL nº 2.579, de 2000, nessa Casa), que "Acrescenta parágrafo ao art. 549 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil", foi arquivado nos termos do disposto no art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, e conforme instruções contidas no Ato do Presidente do Senado Federal nº 97, de 2002.

Atenciosamente,

Senador Papaléo Paes no exercício da Primeira Secretaria

> PRIMEIRA SECRETARIA Em. 08102 /2007.

De ordem, ao Senhor Secretário-Geral da Mesa, para as devidas providências

LUIZ CÉSAR LIMA COSTA Chefe de Gabinete

gab/plc01-047

3604

S

#### Consulta Tramitação das Proposições

Proposição: PL-2579/2000

Autor: José Roberto Batochio - PDT /SP

Data de Apresentação: 15/03/2000

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de tramitação: Ordinária Situação: MESA: Aguardando Retorno...

Ementa: Acrescenta paragrafo ao artigo 549, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

Explicação da Ementa: ESTABELECENDO QUE HAVENDO PEDIDO DE LIMINAR, OS AUTOS SUBIRÃO IMEDIATAMENTE AO RELATOR.

Indexação: ALTERAÇÃO, CODIGO DE PROCESSO CIVIL, INCLUSÃO, NORMAS, OCORRENCIA, PEDIDO, LIMINAR, EXIGENCIA, DEVOLUÇÃO, AUTOS, PROCESSO, RELATOR, TRIBUNAIS, SEGUNDA INSTANCIA.

Despacho:

31/3/2000 - DESPACHO INICIAL A CCJR - ARTIGO 24, II.

Pareceres, Votos e Redação Final

CCJC (CONSTITUIÇÃO E JUSTICA E DE CIDADANIA)

PAR 1 CCJR (Parecer de Comissão)

PRL 1 CCJR (Parecer do Relator) - Osmar Serraglio

PRR 1 CCJR (Parecer Reformulado) - Osmar Serraglio

Substitutivos

CCJC (CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA)

SBT 1 CCJR (Substitutivo) - Osmar Serraglio

Publicação e Erratas

Publicação A de 04/04/2001

Última Ação:

29/5/2001 - Mesa Diretora da Camara dos Deputados (MESA) - REMESSA AO SF, ATRAVES DO OF PS-GSE/195/01.

1)) se o andormato da proposição fora desta Cosa Legislativa não é trotado pelo sistema, devendo ser consultado nos organs respectivos

Andamentor		
15/3/2000	PLENÁRIO (PLEN) APRESENTAÇÃO E LEITURA DO PROJETO PELO DEP JOSÉ ROBERTO BATOCIIIO.	
31/3/2000	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) DESPACHO INICIAL A CCJR - ARTIGO 24, II.	
31/3/2000	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)	
	Publicação Inicial, DCD 01/04/2000 PÁG 13399 COL 02.	
18/4/2000	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) ENCAMINHADO A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO.	
8/5/2000	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	
	RELATOR DEP OSMAR SERRAGLIO.	
15/5/2000	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	
	PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 05 SESSÕES.	
20/5/2000	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	
	NÃO FORAM APRESENTADAS EMENDAS.	
9/11/2000	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	

	PARECER DO RELATOR, DEP OSMAR SERRAGLIO, PELA COSNTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE, TECNICA LEGISLASTIVA E, NO MERITO, PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.
29/3/2001	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
	Adiada a Discussão
2/4/2001	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
	Devolução ao Relator
2/4/2001	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
	Recebida manifestação do Relator.
2/1/2001	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Parecer do Relator. Dep. Osmar Serraglio, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação deste, com substitutivo.
3/4/2001	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
	Aprovado o Parecer
3/4/2001	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
	Encaminhado a CCP
3/4/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) LETTURA E PUBLICAÇÃO DO PARECER DA CCJR. (PL. 2579-A/00). DCD 04 04 01 Pág 11549 Col 02.
24/4/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO ARTIGO 132. PARÂGRAFO SEGUNDO DO RI (05 SESSÕES) DE: 24 04 A 02 05 01. DCD 24 04 01 Pág 16644 Col 01.
10/5/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Of. SGM-P 562/01, à CCJR, encaminhando este projeto para elaboração da Redação Final, nos termos do Artigo 58, Parágrafo Quarto e Artigo 24, II, do RI.
10/5/2001	Mesa Diretora da Cámara dos Deputados (MESA) Encaminhado à CCP
15/5/2001	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Aprovada por unanimidade a redação final.O Deputado José Genomo absteve-se de votar Relator Dep. Fernando Coruja.
29/5/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) REMESSA AO SF, ATRAVÉS DO OF PS-GSE/195/01.
8/2/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebimento do Oficio nº 237/07 (SF) comunicando o arquivamento da proposição.

Cadastrar para Acompanhamento

#### Nova Pesquisa